

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE MESTRADO EM AGROECOLOGIA

JAVIER DAVID SOSA RUIZ

**BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO EM
ESQUEMAS ASSOCIATIVOS:** o caso das quebradeiras de coco babaçu do povoado
Ludovico, município de Lago do Junco – Maranhão

São Luís
2009

JAVIER DAVID SOSA RUIZ

**BENEFICIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO EM
ESQUEMAS ASSOCIATIVOS: o caso das quebradeiras de coco babaçu do povoado
Ludovico, município de Lago do Junco – Maranhão**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão,
para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas

São Luís
2009

Ruiz, Javier David Sosa

Benefícios econômicos a partir da participação em esquemas associativos: o caso das quebradeiras de coco babaçu do povoado Ludovico, município de Lago do Junco-MA / Javier David Sosa Ruiz. - São Luís, 2009.

59 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Agroecologia, Universidade Estadual do Maranhão, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas

1.Babaçu 2.Extrativismo 3.Benefícios sociais 4.Benefícios econômicos 5.Mearim 6.Coletivo 7.Comum I.Título

CDU: 316.35(812.1)

JAVIER DAVID SOSA RUIZ

**BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO EM
ESQUEMAS ASSOCIATIVOS: o caso das quebradeiras de coco babaçu do povoado
Ludovico, município de Lago do Junco – Maranhão**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão,
para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Aprovada em 06/11/2009

Banca examinadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas (UEMA)
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro (UFMA)

Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa (UEMA)

DEDICATÓRIA

A todas as quebradeiras de coco babaçu, especialmente as que me formaram como Agroecólogo, mostrando-me com amor e paciência os motivos e fins da sua luta, a importância das suas roças e o significado de quebrar coco.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, às mulheres da minha vida, minha mãe Gladys e minha esposa Flávia que me levam pela mão no projeto da vida. E, aos meus irmãos Diego e Danilo que para mim sempre serão um exemplo como profissionais e como pessoas. Dois amigos têm me acompanhado nesta viagem, para o Fabio e Huguito o eterno abraço da amizade.

Aos membros do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), especialmente Luciene Dias Figueredo que me abriu as portas do maravilhoso mundo das quebradeiras. Ao Consórcio Internacional Iniciativa Amazônica que mediante o Projeto RAVA (Rede de Estudos das Condições de Vida e Ambiente), deu-me a possibilidade de entrar neste estudo e que ficará sempre como o meu primeiro passo no caminho da pesquisa no Brasil.

No mestrado de Agroecologia da UEMA, aos Professores Emanuel e Alana que foram sempre tão amáveis comigo e minha mãe nos momentos mais difíceis. Aos Professores Alessandro e Francisca, pela amizade e por escutar meus desabafos. À Professora Alice por sua capacidade de escutar e entender minhas inquietações. Ao pessoal administrativo, especialmente à Marinilde que sempre será meu anjo. Ao meu professor e orientador, Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas, sem quem não teria realizado este projeto: muito, muito obrigado pela liberdade e a confiança dadas para tratar desse tema “alternativo” aos enfoques da Agroecologia da UEMA. A Adelana e aos colegas da turma, especialmente Luiz, Renato, Simone, Nárgila, Rafinha e Pri. A Marinilde que sempre foi um anjo!

À FAPEMA pelo apoio financeiro e ao Centro Mundial Agroflorestral –ICRAF– pelo apoio financeiro.

A Deus por me “paparicar” tanto.

RESUMO

A região do Médio Mearim, no Estado de Maranhão, é o epicentro de um dos movimentos sociais mais fortes do Brasil ligados ao agroextrativismo. As quebradeiras de coco babaçu, ratificadas como população tradicional, têm construído em dita região um esquema de associações que incluem entre outros: uma cooperativa que produz e exporta óleo orgânico de babaçu; uma equipe de assistência técnica que canaliza as suas demandas e procura mercados aos produtos com o valor agregado do coco; um grupo de jovens que se capacita constantemente e procura também transformar e aproveitar integralmente o coco; um grupo de mulheres que tem construído uma fábrica de sabonete de babaçu também exportado; e um movimento que reúne como um todo não só as mulheres do Médio Mearim e sim todas as quebradeiras e suas mais de quatrocentas mil famílias em quatro estados: Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão. Este estudo se enquadra no contexto desta região onde a luta pelo direito a terra desencadeou uma visão de trabalho coletivo e de conservação dos babaçuais – buscando também implementar a cultura do aproveitamento total do coco –, e tem o objetivo pontual de descrever como essa plataforma de organizações beneficia social e economicamente as quebradeiras e suas famílias, caracterizando o estágio atual da rede de capital social aí formada. Para isso, desenhou-se uma metodologia que incluiu visitas periódicas a campo durante um ano para tomar dados quantitativos e qualitativos, a fim de desagregar a formação da renda, e analisar mediante entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves e lideranças, o impacto das organizações. O sistema agroextrativista do coco babaçu, que parece ser tão estudado, ainda apresenta muitos aspectos por descrever como revela este estudo, que constatou nos resultados que o papel das organizações vai muito à frente dos seus objetivos, conseguindo proteger os babaçuais, melhorar a renda das famílias e lutar pelos direitos das quebradeiras por manter uma identidade, enquanto se abre paulatinamente um caminho mais empresarial aos produtos com valor agregado do coco babaçu.

Palavras chave: Babaçu, Extrativismo, Benefícios sociais, Coletivo, Comum

ABSTRACT

The region of the “*Médio Mearim*” in the Brazilian state of Maranhão, it is the epicenter of one of the strongest social movements - it is linked to “*agroextrativismo*”, in that nation. The “*quebradeiras de coco babaçu*” –women whose main activity is to break the babassu coconut and it is ratified as traditional population, have built an associative system that includes: a cooperative that produces and exports oil from organic babassu; a team of technical assistance, which channels its demands and market demand for products with the coconut’s value; a group of young people which trains itself constantly, seeking to transform and fully exploit the coconut; a group of women who has built a soap factory of babassu, which is also exported; finally, a movement that brings together not only as a whole the region but all the “*quebradeiras*” - and its more than four hundred thousand families in four states: Pará, Piauí, Tocantins and Maranhão. This study fits into the context of a region where the fight for rights to land triggered a vision of collective work and conservation of babassu. This project also seeks to implement the culture of total use of coconut. It has, as well, the objective of describing how this platform organizations benefit -socially and economically, the “*quebradeiras*” and their families. All this is carried out featuring the current stage of network capital formed there. Because of this, the methodology includes: periodic field visits for a year, in order to take data and to evaluate the formation of income. It contents also, semi-structured interviews with key informants and leaders of organizations. The agro extractive system of babassu coconut -which seems to be so studied, still has many aspects to describe. As this study shows, the organizations’ role goes far ahead of their objectives getting more than just protecting the babassu: they improve the families’ income; moreover, they fight for the rights of “*quebradeiras*” to maintain an identity, while slowly they open a path to more business-related vision to add value to products of coconut babassu.

Keywords: Babassu, Extractivism, Social benefit, Collective, Common

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 - Localização do povoado Ludovico, município de Lago do Junco/MA	18
Figura 2 - Renda Bruta Familiar anual dos três principais produtos agrícolas	28
Figura 3 - Renda Bruta Familiar anual do extrativismo do babaçu	29
Figura 4 - Renda Bruta Familiar anual não agroextrativista (outras fontes)	30
Figura 5 - Composição da Renda Bruta Familiar Anual	32
Figura 6 - Fábrica de sabonete babaçu livre em Ludovico	37

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Composição das Famílias da Amostra	20
Tabela 2 – Parâmetro de conversão da idade do membro da família em Unidades de Trabalho (UT)	23
Tabela 3 – Valores de “sobras” pagas pela COPPALJ (exercício 2007)	26
Tabela 4 – Composição da Renda Bruta Familiar Anual	31
Tabela 5 – Principais benefícios sociais do agroextrativismo do babaçu	33

LISTA DE SIGLAS

AJR	-	Associação de Jovens Rurais
AMTR	-	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	-	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSEMA	-	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
COPPALJ	-	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
MIQCB	-	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	-	Programa de Garantia de Preço Mínimo
RAVA	-	Rede de Estudos Amazônicos de Condições de Vida e Ambiente

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	12
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2.1. Região e local de estudo	18
2.2. Seleção da amostra	19
2.3. Tipologia das famílias	19
2.4. Conceito de benefícios econômicos	21
2.5. Conceito de benefícios sociais	23
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
3.1. Benefícios econômicos do agroextrativismo do babaçu	25
3.1.1. A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPPALJ	25
3.1.2. Componentes da renda	27
3.2. Benefícios sociais do agroextrativismo do babaçu	33
3.2.1. No local de estudo	34
3.2.2. Do regional ao global: as grandes conquistas	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

O babaçu (*Attalea speciosa* Mart.) é um tipo de palmeira que cresce de forma extensiva no nordeste do Brasil. “No início da década de oitenta, calculavam-se 10 milhões de hectares” (MIC/STI, 1982; COPENAT, 1981), atualmente se fala em 18 milhões de hectares. A região do Médio Mearim, no Estado do Maranhão, é lugar de origem de uma das experiências mais conhecidas no âmbito do sistema agroextrativista do coco babaçu. O uso mais tradicional do babaçu é o da amêndoa para produzir azeite e óleo de babaçu e o uso da casca para elaborar carvão usado nas cozinhas.

A rede de capital social formada ao redor de dito sistema tem percorrido um caminho que atualmente passa por uma transição: de um esquema de lutas pelos direitos das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias para uma visão mais empresarial de agregar valor e abrir mercados aos produtos derivados do coco babaçu. A história das quebradeiras e sua luta pelo livre acesso e conservação dos babaçuais assim como o papel dos esquemas associativos que conformam essa rede, traduz o capital social em uma série de benefícios, que além de melhoras na renda das famílias – nos lugares onde é maior o nível organizativo – têm contribuído no desenvolvimento local.

Assim, as quebradeiras de coco babaçu, que têm atuação na região do Mearim desde o início do século passado e desenvolvem uma das atividades extrativistas economicamente mais importantes da região amazônica, em 2007 foram reconhecidas e incluídas pelo governo federal no conceito de “População Tradicional” (ALMEIDA, 2005). Sua organização foi iniciada nos anos 90, e das suas conquistas se destacam: i) a aprovação das leis municipais da Política do Babaçu Livre; ii) fazer visível seu processo organizativo; iii) ganhos como o subsídio governamental do preço mínimo; e iv) formar um mercado dos sub-produtos do babaçu. Passa-se então de uma luta pelo acesso à terra para a configuração de uma plataforma de esquemas associativos em torno do principal produto. Uma vez eliminados e incorporados os ganhos dos atravessadores, as quebradeiras de coco babaçu conformaram um movimento social, que com um amplo apoio de fundos externos (geralmente organizações estrangeiras), entra na reta final de seu processo de consolidação no mercado, formando uma cooperativa que por sua escala é muito mais ambiciosa que as existentes¹.

A pesquisa visou alcançar os seguintes objetivos: a) desagregar e quantificar a renda do agroextrativismo segundo a participação nos esquemas associativos; b) analisar segundo a participação nos esquemas associativos as diferentes fontes de renda: da roças, do

extrativismo e das entradas fora do sistema agroextrativista; e c) verificar os impactos sociais da participação nos esquemas organizativos.

Ao ser a renda um dos componentes norteadores da pesquisa, a revisão bibliográfica iniciou com leituras de autores clássicos da microeconomia camponesa, passando por novas abordagens da antropologia econômica e finalmente chegou a autores como Amartya Sen, que definem a qualidade de vida e norteiam o marco de benefícios sociais.

O ponto de partida são os postulados de Chayanov (1974) que toma a família como unidade de estudo da economia camponesa, já que seus membros se agrupam para satisfazer as necessidades de consumo do núcleo familiar a partir da capacidade de trabalho dos membros da família. Nessa perspectiva, a unidade camponesa se diferencia da unidade econômica capitalista pelo fato de que a mesma move-se por uma lógica própria em torno da relação de equilíbrio entre a capacidade de trabalho dos membros da família e a satisfação das necessidades de consumo. Em outras palavras, enquanto a unidade capitalista move-se pela taxa de lucro, a família camponesa busca a auto-satisfação no consumo.

Chayanov é o autor por excelência ao tentar fazer uma construção teórica do campesinato; seu grande aporte contraria uma abordagem marxista determinista ao mostrar que o campesinato não caminha necessariamente para o desaparecimento, demonstrando, a partir do estudo do seu funcionamento interno, as forças e as fragilidades da economia camponesa. Basicamente a proposta do Chayanov define que a produção efetuada pela família camponesa não é determinada pelo lucro capitalista, depende do tamanho e a composição, número de membros de membros em idade de trabalhar (unidades de trabalho) grau de esforço e de auto-exploração. Assim a chefia da família tem um papel determinante ao ser quem distribui as tarefas de acordo com as necessidades. O produtor efetua um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. O esforço de trabalho alcança um ponto de equilíbrio, até o que a penosidade do trabalho torna-se insuportável.

O enfoque de Chayanov sobre o campesinato influenciou gerações de estudiosos da questão do desenvolvimento rural no século passado, especialmente quando se trata da relação entre a produção e a reprodução, o que direciona a questão do acesso à terra. Assim, no Brasil, uma crítica atualizada desse debate acadêmico foi feita por Abramovay (1992), o qual destaca o papel exercido pelo Estado na formação da renda dos camponeses na Europa. O autor constatou que as unidades familiares integram a estrutura social dos países capitalista

avançados, mediante a produção de fibras e alimentos; assim, atribui uma natureza empresarial com capacidade de inovação técnica e inserção no mercado.

No sentido da presente pesquisa, o grande aporte do Abramovay é a análise das características do campesinato na racionalidade econômica e na relação com a sociedade mais ampla; o que define critérios não econômicos que organizam a vida dos camponeses: regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, agentes sociais e até hierarquias. Por exemplo, o que o autor define como a inserção parcial do campesinato em mercados imperfeitos (ou incompletos) surge em parte de informações pobres ou erráticas do mercado, o que acontecia antes do estabelecimento das redes sociais e a da criação das organizações das quebradeiras de coco babaçu, quando a dependência dos atravessadores ou comerciantes locais era total.

Essa abordagem corrobora com os estudos de desenvolvimento rural realizados por José Eli da Veiga (1991) que diz que os recursos produtivos eram em grande parte auto-fornecidos, é dizer, obtidos dentro da própria agricultura (uma mistura de disponibilidade de recursos ambientais e habilidades artesanais); e que posteriormente com a industrialização, esse processo de auto-fornecimento rompeu-se pela produção nas cidades. Um dos aportes do autor é reconhecer que no Brasil, os mencionados mercados incompletos fazem com que a agricultura familiar ainda não se incorpore nesse padrão de desenvolvimento do sistema de produção, e o autofornecimento continue em algumas situações onde o impacto da modernização ainda não estabelece uma dependência total e um efeito direto na renda da agricultura familiar.

A abordagem do autor reafirma desde a história que a agricultura familiar se modernizou e consolidou como um sistema que reflete eficiência técnica (pelo mesmo tamanho das unidades familiares vistas como firmas); atribui ao Estado a função de regular e direcionar políticas públicas no contexto da não excluir os agricultores familiares e cita a mudança de comportamento dos governos dos países capitalistas, a partir da década de 1920, através do que chama uma imensa estrutura de apoio (pesquisa, organização dos mercados, assistência técnica, financeira, educacional, previdenciária, habitacional etc.), com a finalidade de abastecer as populações urbanas de alimentos. Retoma-se a idéia de eficiência sobre a noção de auto-exploração, de movimentos sociais que conquistam espaços no Estado para o desenvolvimento de políticas específicas como foi o caso das quebradeiras de coco babaçu.

No caso da Amazônia brasileira, estudos sobre os camponeses conduzidos por Costa (1993) buscam estabelecer uma distinção da relação entre a auto-exploração camponesa

– entendendo-a como aquilo que se impõe por condições puramente internas da unidade – e a exploração derivada do ambiente sócio-econômico no qual ela se insere: parâmetros macros em que a família camponesa terá que se reproduzir. Assim, marca-se a trajetória dos camponeses no interior do capitalismo, o que para o caso estudado significa analisar a renda gerada a partir de: i) capacidade e força de trabalho das famílias no contexto de subsídios e outras fontes; e ii) significância do mercado e as mesmas condições de acesso aos recursos (ou seja, os babaçuais no caso desta pesquisa) e o contexto macro dos meios de produção.

Pela sua parte, a antropologia econômica, que tem estudado desde o seu início o extrativismo (o primeiro estudo formalista nesta área se atribui a Raymund Firth, que, em 1946, estudou pescadores na Malásia), é o marco indicado para analisar, a partir de suas novas correntes, o impacto na renda das famílias que fazem parte dos esquemas sociais, nas formas e estruturas sociais de produção, distribuição e circulação de bens (POLANYI et al., 1957) ou, ainda, na visão mais clássica, os fatores de conduta humana no uso de bens e serviços (LECLAIR; SCHNEIDER, 1962), quer dizer, a tomada de decisões. Desta forma, a antropologia econômica permite, em uma primeira vertente, uma análise qualitativa das instituições que possibilitam e facilitam a produção, distribuição e circulação de bens e serviços, enquanto que uma segunda vertente procura, na lógica e raciocínio de eleição em meios escassos, chegar a metas talvez culturalmente específicas. A racionalidade é apresentada por Godelier (1981) ao questionar o comportamento dos agentes econômicos em um sistema que lhes permita conseguir os seus objetivos, e na possível comparação de diferentes racionalidades em diferentes sistemas. Assume-se então a definição de camponês dada por Eric Wolf (1966) que reúne sua visão de consumo, reprodução e seu ser tradicional: “os camponeses cultivam a terra visando sua subsistência, controlam os seus meios de produção, mas vivem em estreita relação com sociedades maiores às quais entregam parte dos seus excedentes”.

Até agora discutimos a questão da economia camponesa, pensando os seus componentes internos que serão importantes para a definição da renda do agroextrativismo. A partir desse momento passaremos a discutir a questão dos benefícios sociais. Considera-se benefício social todo o ganho que para as famílias não se traduz em dinheiro, pois é o que realmente representará melhorias na sua qualidade de vida: a capacidade instalada; o acesso ao debate; a consciência e o reconhecimento do trabalho coletivo; a visibilidade do movimento formado pelas quebradeiras e a valorização de sua atividade. Dentre ditos ganhos, vale à pena destacar o sentido de liberdade que inicia com a luta pela terra, a eliminação dos atravessadores do coco babaçu e ao fato dos associados à Cooperativa serem os seus donos.

Amartya Sen tem uma visão mais ampla de bens e serviços, ou da função destes na sociedade. O autor atribui o seu valor ao que as pessoas podem fazer com estes; ou seja, uma estrada numa comunidade representa mais do que uma estrada em si, pois seu valor se dá mais pelo que as comunidades vizinhas dela aproveitam. Logo, o verdadeiro desenvolvimento não é essencialmente prover de mais bens e serviços, e sim dar mais capacidade às pessoas. A idéia fundamental do autor é criar e assegurar direitos para serem convertidos em capacidades. Estes enfoques, que vão além de postulados da economia do bem-estar (que trata mais do acesso aos benefícios), vinculam a ética com a economia e supõe que os bens devem potenciar as capacidades das pessoas.

Os indicadores de desenvolvimento humano apresentados por Sen (1985; 1987), sobre as funções, feitos ou formas de ser, são avaliações das conquistas das sociedades no que se refere ao bem-estar humano. Assim, como bem-estar se entende por conquistas pessoais com respeito às atividades essenciais ou funções, como se alimentar adequadamente, viver na sociedade sem sentir vergonha da própria condição de vida, ter segurança física, entre outros, define-se por liberdade pessoal a oportunidade de escolher dentre o conjunto de funções diversas de que se dispõe. Frente ao debate que apresenta as questões de existência de um mínimo destas funções consideradas como básicas ou essenciais para diversos povos e culturas, ou se possível avaliá-las igualmente em diferentes culturas, é preferível apresentar os resultados da pesquisa tal como as pessoas entrevistadas entendem estas funções, e como elas se relacionam com o seu bem-estar. Este conjunto de oportunidades que surgem dos bens e serviços é o que se entende por benefícios sociais e são apresentados de acordo com um impacto local e global; já que o esquema associativo presente na área de estudo tem conseguido se expandir em uma escala que supera os quatro estados onde estão presentes as quebradeiras e possui visibilidade inclusive fora do Brasil.

Os resultados aqui gerados são relevantes para um melhor entendimento dos benefícios obtidos pelas famílias das quebradeiras de coco babaçu, de acordo com a sua participação nos esquemas associativos, ao dar um foco especial nas suas diferentes fontes de renda e, mediante entrevistas fazer evidente o impacto do trabalho coletivo. Um referencial teórico como o aqui apresentado que reúne os autores por excelência -e alguns outros que tem visto o tema tratado desde a realidade tratada-, permite redimensionar o contexto das quebradeiras de coco babaçu e duas famílias dentro das noções clássicas de camponês e o marco da agricultura familiar; quase que seu caso poderia estabelecer-se um novo jeito de estudar o rural, de entender seu nexos com as economias capitalistas e os esquemas dos

mercados, numa visão, aonde os recursos naturais chegam a ter um valor que supera o estritamente econômico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Região e local de estudo

A Área de estudo, o povoado Ludovico, está localizado na micro-região do Médio Mearim, a qual está dividida em vinte municípios, entre eles o município do Lago do Junco com uma população estimada em 9.680 habitantes em 2004. Para o Médio Mearim a população estimada em 2006 pelo IBGE foi de 412.270 em uma área total de 10.705,261 km² (IBGE, 2008).

Uma característica importante de se mencionar é a situação fundiária que envolve as famílias dos agroextrativistas do município do Lago do Junco, que por ser bastante diversificada (proprietários, assentados e sem-terras) reflete o processo de luta e a origem dos vínculos organizativos que, por sua vez, originaram os esquemas associativos.

Quem é proprietário, geralmente é descendente direto dos assitantes, pessoas que chegaram primeiro e iniciaram no mato suas moradias enquanto planificavam as daqueles que iam aparecendo (SANTOS, 1981) e formando as beiras – conglomerados de casas já mais distantes das roças –, e posteriormente o povoado.

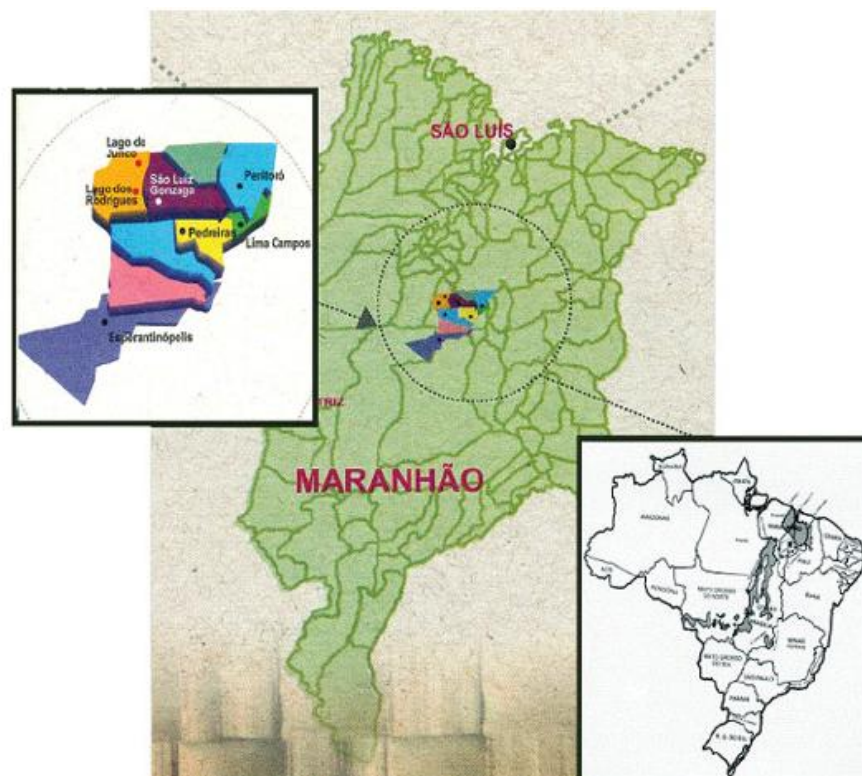


Figura 1 - Localização do povoado Ludovico, município de Lago do Junco/MA.

A pesquisa que se desenvolveu no marco da IAP (siglas em espanhol para Pesquisa, Ação, Participante) foi redefinida e ajustada segundo sua efetividade no campo (BORDA, 1987). Assim, após uma seleção aleatória e classificação das famílias, desenharam-se entrevistas semi-estruturadas para recolher impressões dos diferentes benefícios das organizações, e foram usadas seções dos questionários do estudo PEN-RAVA, com informações sobre a formação da renda (inclusive o autoconsumo), além de informações básicas e gastos das famílias.

2.2. Seleção da amostra

A seleção das famílias foi feita por sorteio aleatório até chegar a um número de 60 (o que representa mais do que 50%); das quais se selecionou 32, de acordo com os critérios dos objetivos do estudo. Assim se formaram dois grupos: os associados à COOPALJ – que como foi mencionado é a organização local que faz uma diferença significativa na renda – e os não associados; e depois, outros dois subgrupos destes primeiros: famílias chefiadas pela mãe e chefiadas pelo pai. Mesmo sendo menor o subgrupo das famílias chefiadas pela mãe (que correspondem a 26%), fica implícito o papel da mulher na pirâmide funcional do sistema agroextrativista, ao ser ela quem quebra o coco e dedica mais tempo aos trabalhos relacionados com esta atividade. 52,45% mulheres e 47,75% homens; 51,05% adultos (<21), crianças 23,78%, idosos 14,65% e jovens 10,49%.

2.3. Tipologia das famílias

A amostra de 32 famílias foi subdividida em 2 grupos e 4 sub-grupos e definido para cada família um código: C: Família de associado à COPPALJ; N: Família de não associado à COPPALJ; CP: chefiada pelo pai; CM: chefiada pela mãe; NP: chefiada pelo pai; NM: chefiada pela mãe; M: todas as famílias chefiadas pela mãe; e P: todas as famílias chefiada pelo pai.

Desta maneira, as famílias do tipo M e CM são famílias que têm a mãe como chefe do lar, aquelas em que a mulher aporta a maioria da renda, ou mulheres que por uma ou outra razão circunstancial não tem esposo; ou, ainda, nas palavras das entrevistadas simplesmente se responsabilizaram pelo lar: “tomam conta da casa”.

As famílias chefiadas pelo pai (P e CP), em sua maioria tem a renda familiar composta por atividades vinculadas ao agroextrativismo, geralmente relacionadas à mulher, e trabalho dos membros da família adultos do sexo masculino em atividades fora do lote.

A primeira subdivisão, considerando se a família é associada ou não (C e N), fez dois grupos de 16 famílias cada; da segunda subdivisão resultam 12 famílias chefiadas pelo pai para cada subgrupo e 4 famílias chefiadas pela mãe. Para a análise se usaram os dois grupos (C e N) ou os quatro sub-grupos (CP, CM, NP e NM).

A Tabela 1 mostra a relação das famílias e sua composição em relação a idade e sexo.

Tabela 1 – Composição das Famílias da Amostra.

Cód	Família	Tipo	Total	Mulheres	Homens	<14 anos	14-21 anos	>21 até 60 anos	>60 anos
1100	maria alaides alves de souza	CP	7	4	3	1	0	6	0
1105	maria dos anjos da silva	CP	3	2	1	0	0	1	2
1108	ana vieira leite	CP	3	2	1	1	0	2	0
1114	maria pereira de souza de mesquita	CP	3	2	1	1	0	2	0
1115	euzebia alves da silva	CP	4	3	1	0	1	1	2
1122	vilson lopes de Sousa	CP	4	2	2	0	1	3	0
1124	conceição de maria alves da silva	CP	3	1	2	1	0	2	0
1126	antonio alves da silva	CP	5	3	2	0	3	2	0
1130	Francisca alves da silva	CP	4	1	3	1	0	3	0
1134	Francisco ferreira lima	CP	6	3	3	1	0	5	0
1139	jociel pereira de Sousa	CP	5	3	2	3	0	2	0
1151	Raimundo nonato dos reis	CP	2	1	1	0	0	0	2
1157	leonilde alves da silva	CP	8	4	4	1	3	2	2
1116	maria silva de morais	CM	6	3	3	1	0	4	1
1117	alaise gomes da silva	CM	4	3	1	0	1	3	0
1123	Sebastiana francisca de souza	CM	2	2	0	0	0	1	1
1102	luisa moreira de Sousa	NP	3	1	2	0	0	1	2
1104	jesus Alves da silva	NP	3	2	1	0	0	1	2
1106	isabel cristina alves de souza	NP	3	2	1	1	0	2	0
1109	Domingo Gomes	NP	2	1	1	0	0	0	2
1119	pedrina Rodrigues da silva	NP	5	4	1	1	1	2	1
1121	francimar luz silva	NP	6	2	4	4	0	2	0
1140	antonio alves dos santos	NP	4	3	1	1	0	3	0
1143	salomão alves da silva	NP	8	4	4	6	0	2	0
1145	elias da silva Miranda	NP	5	2	3	3	0	2	0
1147	Raimunda ferreira da silva	NP	5	2	3	1	2	2	0
1131	Francisco campelo silva	NP	4	3	1	2	0	2	0
1135	francinalva campelo	NP	4	2	2	2	0	2	0
1153	Raimundo Gomes Alves	NP	12	4	8	2	1	8	1
1120	maria de fatima alves da silva	NM	3	1	2	0	1	2	0
1128	nedina Ana de conceição	NM	2	2	0	0	0	0	2
1137	Sebastiana santos	NM	5	1	4	0	1	3	1

2.4. Conceito de benefícios econômicos

Para desagregar a renda e determinar os ganhos articulados ao sistema agroextrativista do coco babaçu, seguiu-se as referências teóricas do Professor Jaime Forero (2002), que baseado em autores como Chayanov (1974) toma como marco teórico a antropologia econômica para estabelecer o eixo do estudo, neste caso o sistema de produção agroextrativista. Este considera uma unidade territorial onde se exerce a principal atividade que gera a renda, e que, embora tenha certo grau de autonomia, enquadra-se nas relações estabelecidas no âmbito dos esquemas associativos, neste caso, o circuito econômico de venda de amêndoas e compra de produtos (FIRTH, 1974).

Para analisar a renda familiar anual foram utilizadas equações de Forero (2002), já que com alguns ajustes podem ser utilizadas para estimar a renda proveniente das atividades agropecuárias, do extrativismo, do autoconsumo e do trabalho fora do lote. As seções dos questionários, apresentadas no Anexo 14, foram digitadas numa base de dados em Microsoft Excel e foram usadas as colunas mais relevantes: produto florestal (o coco babaçu); quantidade coletada; uso doméstico; venda; preço por unidade e renda total. Igualmente na seção de produtos derivados da floresta, onde se digitou a informação do carvão de babaçu. Outras seções no mesmo anexo (“*F. Ingreso por salarios*”) apresentam como foram coletadas informações de trabalho fora do lote (membro da família, tipo de trabalho, dias trabalhados no mês e renda recebida); finalmente a renda por produtos agrícolas na base de dados (“*H. Ingresos por agricultura – cultivos*”) inclui informações de tipo de produto, área cultivada, produção total, venda, auto-consumo, preço por unidade e renda total.

Assim, seguindo o marco teórico do Professor Forero, as equações 1 e 2 são usadas para consolidar a Renda Bruta do Lar, ao adicionar renda por agroextrativismo, com renda por trabalho fora do lote e renda de outras fontes:

(1) **RBA = Renda Bruta Anual do Agroextrativismo:**

$$\mathbf{RBA = QV.P + QA.P}$$

Onde:

QV = quantidade vendida;

P = preço da venda (que se assume como o preço que seria pago na compra)

QA = quantidade auto-consumida;

(2) **RBL = Renda Bruta do Lar**

$$\mathbf{RBL = RBA + JE + RANA}$$

Onde:

JE = Renda Familiar de Trabalho Fora do Lote ou “*jornales extraprediales*”

RANA = Renda de Atividades não Agroextrativistas

Os componentes da renda de atividades não agroextrativistas (INAH) são:

Remessas: Geralmente os filhos que por circunstâncias de estudo ou trabalho saem do povoado e enviam dinheiro a suas famílias.

Bolsa Família: Subsídio do governo federal com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das famílias e aumentar a assistência às aulas dos filhos no estratos baixos.

Presentes: colaboração em dinheiro ou outros recursos recebidos de terceiros por uma família, geralmente são excedentes de produção, carvão, e até mesmo dinheiro.

Aposentadoria: representa a maior fonte de renda fora do trabalho no agroextrativismo (por se fixa como o subsidio bolsa família). Um aposentado recebe um valor significativo de aproximadamente 415,00 reais por mês.

Outros: reúne principalmente os recursos financeiros provenientes dos comícios na política em época de eleições, que para a data de toma de dados em campos, correspondia a eleições de prefeitos e vereadores.

Nas análises dos resultados, visando diferenciar quem faz parte dos esquemas associativos, foi utilizado como marco de referência a associação da família à Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, sendo que representa uma diferença na renda. Se assumiu também que as quebradeiras de coco e suas famílias não funcionam através de um senso empresarial econômico, e sim pela soma de forças domésticas de trabalho, em uma visão coletiva de gerar renda e não como colaboradores de uma empresa (WOLF, 1971) pelo que a renda agrupou-se por famílias. Sendo que nem todas as tipologias desenhadas agrupam igual número de famílias (existem mais famílias chefiadas pelo pai que pela mãe), nos anexos, para cada cálculo da média de renda se apresenta o desvio padrão.

Considerando que as atividades ligadas ao coco babaçu são em geral ligadas às mulheres, enquanto o trabalho de roça está nas mãos dos homens, diferenciou-se a renda das roças segundo à chefia da família. Para analisar ditos resultados, foi definido para cada membro das famílias (segundo à idade) um valor como aporte de força de trabalho ou Unidade de Trabalho – UT para assim determinar uma média de potencial das famílias para tanto utilizou-se uma tabela de conversão conforme a idade do membro da família, ver Tabela 2.

Tabela 2 – Parâmetro de conversão da idade do membro da família em Unidades de Trabalho (UT).

IDADE	UNIDADE DE TRABALHO (UT)
< 14 Anos	0,5
14 - 21 Anos	0,75
> 21 até 60 Anos	1
> 60 Anos	0,75

Assim, considerou-se 0,5 Unidade de Trabalho (UT) para os membros da família a idade inferior a 14 anos; 0,75 UT para os membros com idade entre 14 até 21 anos e 1 UT para os membros com idade entre 21 até 60 anos e 0,75 para os membros com idade superior a 60 anos.

Como foi explicado no início do capítulo, no intuito de verificar a hipótese e valorizar o trabalho feminino das quebradeiras, os resultados da renda bruta proveniente do arroz, feijão e milho (principais produtos por renda e não por consumo) foram divididos na tipologia de famílias chefiadas pela mãe ou pelo pai, para assim exemplificar e analisar o porque da diferença na renda destes dos tipos de família. Porém, para comprovar que a valorização do trabalho feminino conduz a uma estratégia de rede de desenvolvimento sustentável, é necessário ver a dinâmica dos esquemas associativos formando uma rede de capital social não só com melhorias na renda.

Para ir além da questão da avaliação econômica estrita do sistema agroextrativista e visando entender as famílias como unidades competitivas¹ (preocupação que tem focado os esforços na técnica tradicional de quebrar coco), buscou-se resgatar desde o fundamento teórico aproximações a conceitos como o da auto-exploração camponesa (CHAYANOV, 1974), desde o benefício resultante de uma atividade tradicional ligada a um esquema organizativo; e também entender, nas palavras das mesmas quebradeiras, o que ditos esquemas as trazem além da melhoria na renda.

2.5. Conceito de Benefícios sociais

Considera-se o extrativismo do babaçu uma atividade econômica que envolve a coleta e a quebra do coco como o início da agregação de valor. Mas é no conceito de agroecossistema, ligado em múltiplos cenários à sustentabilidade, que se entende a relação com o sistema agroextrativista, pelos dois contemplarem a presença de vários produtores e

¹ Conforme o documento “Reorganização do Agronegócio do Babaçu no Estado do Maranhão” (PENSA – USP, 2000) desde a década de setenta se procuraram tecnologias de ponta para quebrar o coco babaçu, no entanto sem sucesso, sendo que o foco destes trabalhos tem sido o aumento da escala de quebra.

suas respectivas famílias interagindo no mercado e no ambiente físico, sujeitos às restrições impostas pelas regras sociais e pela oferta ambiental (GUZMAN, 2002).

Os benefícios sociais se entendem no contexto de melhorias na qualidade de vida, o que na perspectiva de autores como Amartya Sen (1998) é a teoria do bem-estar ou o desenvolvimento das liberdades individuais em um processo que integra aspectos econômicos, sociais, políticos e as mínimas garantias de segurança e transparência para que o ser humano desenvolva capacidades. Na ausência das capacidades ou em condições diferentes de conseguir desenvolvê-las, uma família ou comunidade se considera com uma qualidade de vida inferior. Busca-se então abordar os tópicos dos benefícios sociais para não incorrer na visão clássica do bem-estar, que é limitada à geração de renda.

Os benefícios sociais, diferenciados nas escalas local (em Ludovico) e global (a área da atuação da MIQCB), referem-se a bens e serviços traduzidos em oportunidades para as famílias; assim, a escola, a estrada, as capacitações, a entrada em programas governamentais, o acesso ao debate e o mesmo direito de acesso aos babaçuais em terra de terceiros, constitui um benefício social.

Os benefícios sociais são analisados em resposta aos debates ao respeito da viabilidade do sistema agroextrativista, que persistem devido às características ambientais da palmeira do babaçu – que é bastante resistente às queimadas –; pela sua capacidade de ser consorciada com as roças; e até por considerações ao respeito do sistema produtivo (técnica tradicional de quebra).

Com a finalidade de reforçar a análise e apresentar de forma sucinta e nas palavras dos próprios atores, trechos das entrevistas realizadas são citados e apresentados entre aspas, fonte menor, itálico e com o seguinte código ao final: (*XXX_dd/mm/ano*), onde se abreviam as iniciais do nome do entrevistado e a data da entrevista. Em alguns casos, os entrevistados preferem não revelar seus nomes, por isso, respeitando a vontade deles – e com a certeza de que a informação fornecida tem relevância no estudo por vir de informante chave –, no lugar das iniciais aparecem sinais de interrogação: (*???_dd/mm/ano*).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Benefícios econômicos do agroextrativismo do babaçu

O papel do agroextrativismo do babaçu na renda das famílias é fundamental. Nos comércios locais, a amêndoa do babaçu é quase a “moeda oficial”: as quebradeiras levam amêndoas e saem com produtos, estabelecendo uma relação de troca e não uma venda. Já na casa, fica a casca do coco que vira carvão com o qual se cozinha todo dia e substitui o uso da madeira e a necessidade de comprar gás.

3.1.1. A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ

A atuação da COPPALJ no povoado Ludovico eliminou a atuação de atravessadores na intermediação dos produtos do agro-extrativismo melhorando os preços dos produtos agrícolas e do extrativismo, o que beneficiou diretamente famílias associadas e não associadas. A Cooperativa funciona mediante um esquema de cantinas onde se compra a amêndoa e são vendem produtos da cesta básica; para os associados, a amêndoa é paga com uma diferença de preço de 10% a mais, e ao mesmo tempo os produtos são vendidos com um desconto. Cada família associada tem um caderno onde escrito o total produzido de amêndoa e consumido em produtos da cantina. Ao final do ano é feita uma relação entre os associados e o excedente do lucro bruto da cooperativa é dividido segundo esta relação de produção; assim, quem quebra mais recebe mais deste excedente da Cooperativa conhecido como sobras. No final do ano também se faz uma relação do que cada família poupou nas compras da cantina.

Nesse sentido, uma estimativa é que no ano de 2008 para a família que mais poupou nas compras na cantina o valor foi de 482,00 reais, a que menos, 62,08 reais. O anterior mais as denominadas “sobras” correspondentes ao ano 2007 e entregues no início do ano 2008 (ver Tabela 3) são considerados benefícios econômicos diretos obtidos por estar associado à COPPALJ. Na amostra de 16 famílias associadas, o total de dinheiro entregue pela cooperativa no ano de 2008 foi de R\$ 4.453,00, sendo que a família que menos recebeu obteve 76,00 reais e a que mais, 620,00 reais. Estes valores das sobras são colados na parede da cantina, assim, cada família sabe o valor recebido por as outras famílias de associados.

O valor total de dinheiro poupado nas compras na cantina assim como as “sobras” não foram considerados na estimativa da renda anual das famílias nem como parâmetro de comparação entre associados e não associados; já que não é este nível de detalhe que se quer descrever quanto ao impacto de ser associado, e sim a renda gerada pelo trabalho no sistema agroextrativista e os ganhos da organizações:

“...ganha é muito! E o que já ganhamos? A luta pela terra, sair dos intermediários; antigamente eram 10 quilos de coco para comprar 1 quilo de arroz, hoje a relação é de um para um...” (FCR /05/01/2008).

O entrevistado refere-se ao benefício dos esquemas associativos que “erradicaram” os intermediários – que ficavam com a maior parte do excedente na hora da venda às grandes empresas – que no geral provocou uma melhoria no preço da amêndoa. Essa frase que comenta que anteriormente se quebravam dez quilos de coco para poder comprar de um arroz era escutada sistematicamente durante o ano do estudo. Lembrar do trabalho que representava quebrar dez quilos de coco para comprar um de arroz e ter claro como isso deixou de ser assim, é o ícone da representativo da autonomia que se tem hoje, um exemplo daquela idéia de autonomia e liberdade que é considerada como verdadeiro benefício social e se explora no correspondente capítulo.

Tabela 3 – Valores de “sobras” pagas pela COPPALJ (exercício 2007).

Código da Família	Valor da sobra paga pela COPPALJ (em R\$ 1,00)
1100	120
1105	360
1108	76
1114	200
1115	200
1116	325
1117	334
1122	130
1123	260
1124	208
1126	600
1130	180
1134	300
1139	380
1151	160
1157	620
Total	4453

Ao quebrar mais coco, produz-se mais carvão. Um fator importante é que o fato de quebrar mais coco não só responde ao ideal de gerar mais renda, como de um senso de “pertencer” à COPPALJ:

“...é simples, a gente quebra mais porque a COPPALJ é nossa, não só é o ganho, todo mundo sabe quem quebra mais e quem vende mais; está no mural da cantina, é porque assim nossa cooperativa vai crescendo ... daí a gente faz mais carvão e já nem todo mundo faz, então vende... é um círculo e a gente sempre ganha” (MSM_05/07/08).

O depoimento reafirma o sentido de posse, o ganho econômico e a sensação de lucro que existe entre os associados em relação à COPPALJ; ademais se evidencia que os associados entendem o ciclo econômico de seu papel produtivo na cooperativa.

3.1.2. Componentes da renda

A Renda Anual Bruta foi analisada em três componentes: renda proveniente do agroextrativismo, ou seja, produtos da roça e subprodutos do coco babaçu (amêndoa e carvão); renda de trabalho fora do lote e renda de atividades não agropecuárias.

Em uma primeira análise, selecionaram-se somente os três principais produtos agrícolas (em renda, não em consumo) que são arroz, feijão e milho, ver Figura 2.

O arroz foi considerado o produto mais importante para as famílias com uma renda bruta total anual de R\$ 22.043,25 que distribuídos em 21 famílias significa uma média anual de R\$ 1.049,68. Nas famílias chefiadas pelo pai a produção nas roças é maior, o que não tem relação com o número de membros das famílias (em média de 4 pessoas para ambos os casos: as chefiadas pela mãe – M e as chefiadas pelo pai – P), nem com a força de trabalho que é de 3,23 UT (unidades de trabalho) em famílias M e de 3,62 UT em famílias P. Quer dizer que a explicação a esta diferença não está nem no número de integrantes das famílias nem na suas faixas etárias; já que a força das unidades de trabalho nas duas tipologias de famílias é similar. O que pode explicar a maior produção (e renda) é o número de crianças, pois nas famílias chefiadas pela mãe correspondem a 4% e nas chefiadas pelo pai superam 27%, o que é explicado em uma entrevista:

“...quem não tem criança em casa quase nem bota roça. Aqui somos só as duas. O coco é o arroz, o feijão e a farinha. Assim mesmo na casa da Maria, o filho faz juquirá às vezes para suas coisas, a filha ajuda com o coco... isso é mais onde tem homem que troca dias e faz juquirá, porque com criança em casa fica mais pesado, tem que se virar pela criança...” (FSF_16/10/08).

Quer dizer que se maior o número de crianças, maior o esforço de trabalho; interessante no depoimento o tema de troca de dias que consiste em trabalhar na roça de outro,

que a sua vez remunerará o dia; esta pratica bastante comum na área de estudo não foi contabilizada, ao se considerar como trabalho no próprio lote.

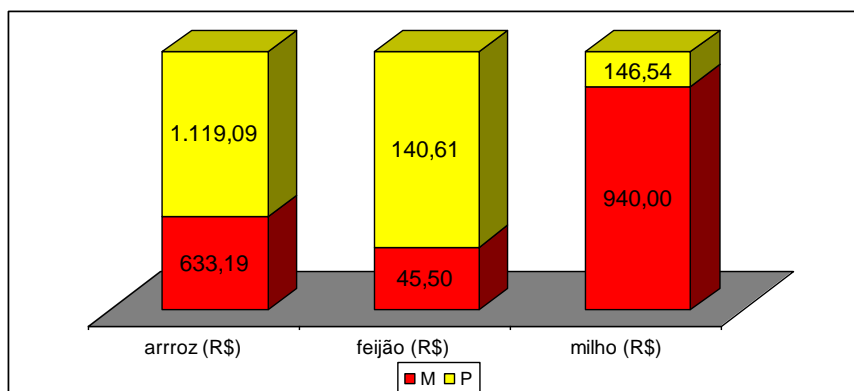


Figura 2 - Renda Bruta Familiar anual dos três principais produtos agrícolas.

As famílias manifestaram que os produtos da roça não são suficientes para o ano todo, e que o trabalho é pesado, o coco babaçu se apresenta como a única alternativa para compensar as perdas:

“...ele bota já com uma conta de cabeça o que vai dar e alguma coisa vem e, rapaz, não dá o que pensava. Aí é quebrar e quebrar para comprar arroz quando já começa a faltar” (CSF/08/07/2008).

O anterior depoimento dá uma idéia do valor do coco babaçu, referindo-se ao dinheiro como produto do extrativismo que complementa o ideal (ou o necessário) da previsão de produção das roças, o que reforça a idéia de um sistema como tal, o sistema agroextrativista.

A renda bruta do extrativismo (venda de amêndoa e venda/auto-consumo de carvão) apresentou valores para períodos de 4 meses – àqueles quando foram feitas as tomadas de dados – com os que se projetou a renda média familiar anual (Anexos 5 e 6). No total, as famílias associadas à COPPALJ recebem uma média mensal de R\$ 274,92 por produção de amêndoa, enquanto que os não associados recebem R\$ 167,25, aproximadamente 64,38% a menos. No caso do carvão, a diferença recebida a mais para os membros da cooperativa é de 66,35%. Ao somar a renda do carvão e da amêndoa, estas últimas recebem cerca de 65,20% a mais pelo extrativismo de coco babaçu (ver Gráfico 3), diferença que se dá pelo fato do preço pago pelo quilo de amêndoa ser maior (10% a mais para os associados) e também, porque, segundo depoimentos, a venda do carvão é maior.

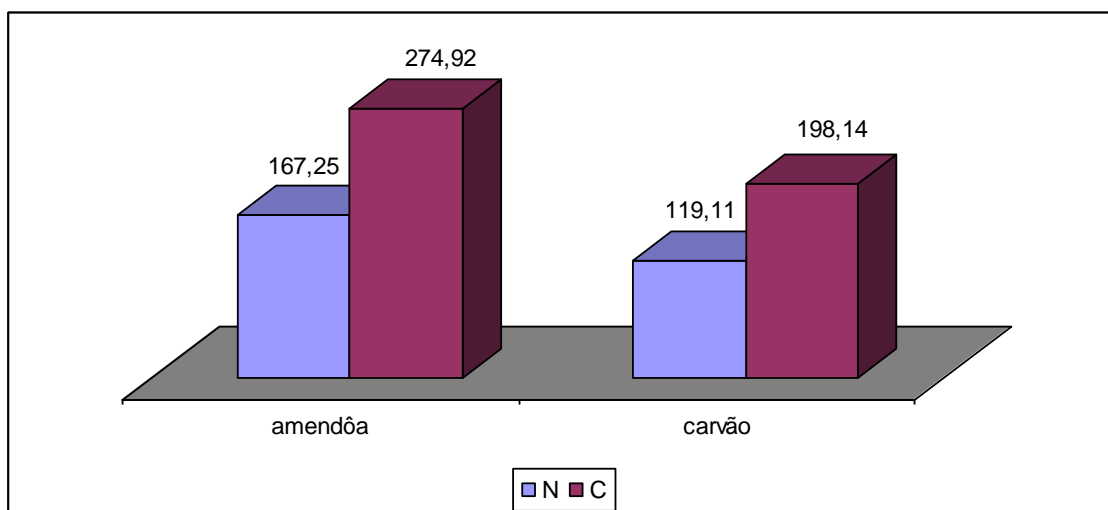


Figura 3 - Renda Bruta Familiar anual do extrativismo do babaçu.

A renda das roças é de R\$ 1.231,13 para os membros da COOPALJ e R\$ 1.151,18 para as famílias de não associados. Ao somar a renda das roças à do extrativismo (recorda-se que somente se tomaram valores por amêndoa e carvão), a renda bruta do agroextrativismo é de R\$ 4433,61 para associados à COPPALJ (C) e R\$ 3082,21 para não associados (N). As famílias C têm uma renda bruta superior em 43,84%.

A renda média de trabalho fora do lote em dados para 26 famílias – considerando que 6 das famílias da amostra não apresentam este tipo de renda – é de R\$ 987,16; nas famílias C a média é de R\$ 1264,11 e nas N de R\$ 710,21, o que demonstra que as famílias C recebem aproximadamente 77,99% a mais que as outras.

As médias do trabalho fora do lote apresentam uma destacada diferença: no caso das famílias M o valor é de R\$ 357,66; enquanto que nas famílias P o valor chega a R\$ 1.060,79. O motivo para esta diferença pode ser a simples declaração de que o homem trabalha mais na roça e a mulher no coco; assim, famílias com o mesmo número de membros e a mesma força potencial de trabalho (sem fazer diferença em gênero e sim na idade), apresentam uma potencialidade de trabalho fora do lote quando chefiadas pelo pai.

As médias da renda por atividades não agropecuárias ou outras fontes de renda são apresentadas na Figura 4.

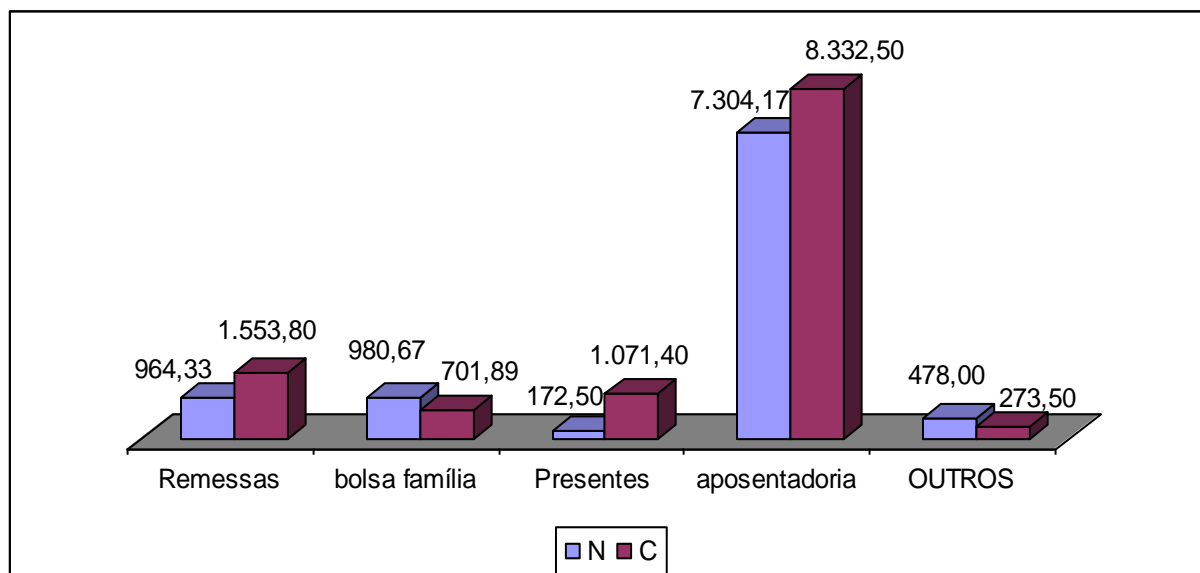


Figura 4 – Renda Bruta Familiar anual não agroextrativista (outras fontes).

Aposentadoria é a categoria mais relevante por representar a maior fonte de renda e ser constante. Um aposentado recebe um valor de aproximadamente R\$ 415,00 por mês. As remessas (dinheiros de fora, de filhos e familiares) são maiores nos associados à COPPALJ, enquanto em média é menor para eles a renda por bolsa família. A renda de presentes, colaboração em dinheiro ou espécie, proveniente de terceiros é muito mais alta (5,21 vezes maior) nas famílias associadas, situação que pode ser explicada pela visão coletiva que permeia as esferas sociais, como exemplo, pode-se citar o caso de ajudas com excedentes da produção de carvão e até mesmo dinheiro. A última categoria, outros, reúne principalmente os recursos financeiros provenientes dos comícios na política em época de eleições, sendo que é um dado difícil de declarar, pois é um tema que as famílias preferem não comentar precisamente.

Conseguiu-se uma base por depoimentos de que algumas famílias poderiam ter recebido durante o último mês das campanhas políticas a prefeitos e vereadores (os dados foram tomados no mês de julho de 2008) valores entre R\$ 50,00 e R\$ 300,00. Nos “tempos da política” como se mencionava em Ludovico esta época do ano, a dinâmica se modifica a tal ponto que diminui a quebra e coleta de coco, confirmado em entrevistas por depoimentos de algumas famílias que até chegaram a comprar carvão:

“...é porque nos tempos dos comícios tudo mundo querendo ou não ta na atividade, torcendo para seu candidato, eu só fiz foi comprar carvão e quase que nem juntei coco...” (EAS_03/07/08); “...ele vai comigo ajunta coco, ajuda na capoeira é porque nos tempos dos comícios tudo mundo querendo ou não ta na atividade, torcendo

para seu candidato, eu só fiz foi comprar carvão e quase que nem juntei coco...”
(??_04/07/08).

Desta informação, o que chama a atenção ao ver os dados levantados em campo, é que as famílias de não-associados ganham muito mais que as demais, isto porque o candidato político apoiado pelas famílias de associados pertencia ao povoado e oferecia uma ajuda de custo menor. Mesmo assim, as famílias associadas à COPPALJ participaram dos comícios políticos deixando temporariamente de lado o trabalho do extrativismo, talvez porque entendem que a finalidade deste tipo de atividade não é ganhar dinheiro ou estar ao lado do vencedor, e sim acompanhar os candidatos que as apóiam nos cenários da política pública e de tomada de decisões.

Finalmente, segundo a metodologia usada para desagregar a renda, as médias das categorias já apresentadas (agroextrativismo, trabalho fora do lote e outras fontes de renda), são resumidas na Tabela 4.

Tabela 4 – Composição da Renda Bruta Familiar Anual.

Componente da Renda Familiar Bruta	Família de associado à COPPALJ (C) R\$ 1,00	Família de não associado à COPPALJ (N) R\$ 1,00
Renda Bruta Anual do Agroextrativismo (RBA)	4.117,45	3.008,71
Renda Bruta do Trabalho fora do lote (JE)	1.264,11	710,21
Outras fontes de renda (RANA)	11.933,09	9.899,67
Renda Bruta Familiar Anual (RBL)	10.053,42	7.340,87

A média da renda do lar é de R\$ 10.053,42 para as famílias C e de R\$ 7.340,87 para as da tipologia N. Os associados têm uma renda 27,14% maior. Por sua vez, esta diferença supera o maior valor pago pelo quilo da amêndoa de coco babaçu na cantina da COPPALJ e as descritas “sobras” que recebem os associados no início de cada ano; de fato todas as médias dos itens que compõem a renda das famílias são maiores nas famílias dos associados.

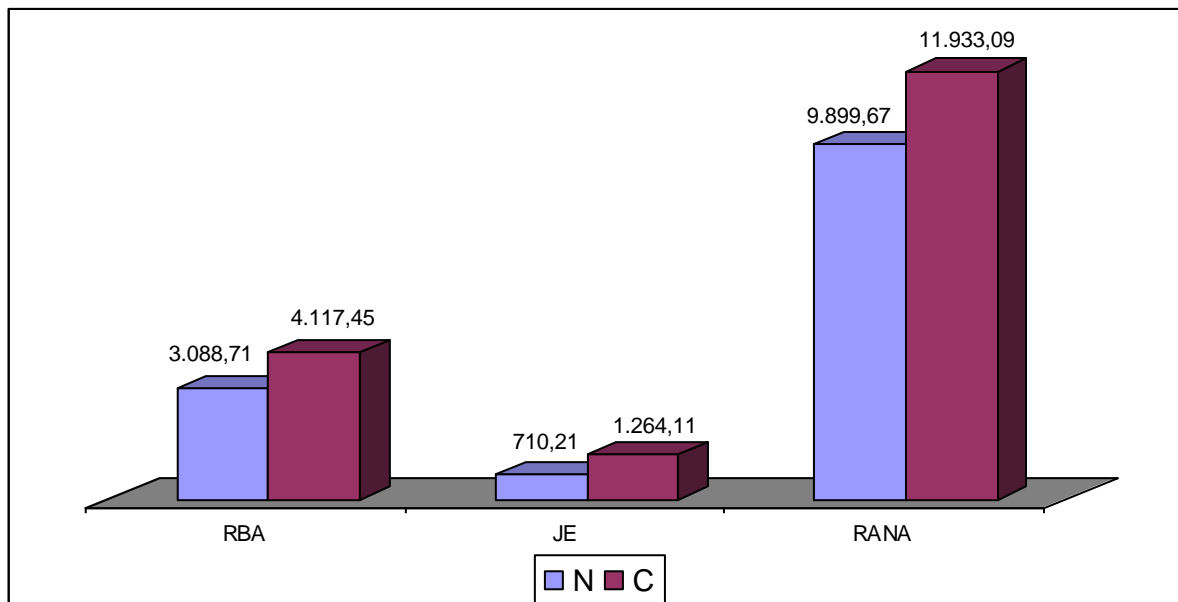


Figura 5 - Composição da Renda Bruta Familiar Anual.

É importante levar em consideração para a análise que as médias foram feitas em famílias nas que a dedicação às atividades de roça e do extrativismo de coco babaçu são diversas; porém, as rendas provenientes destas podem variar muito, uma média feita entre famílias que cultivam pouco em comparação com outras, ou com famílias que quebram quantidades muito diferentes de coco, representam uma margem de erro que deve ser minimizada com as entrevistas, e conhecimentos das realidades que possibilitam um ano em campo. Vale comentar que o alto valor de outras fontes de renda, deve-se justamente à soma das médias de vários itens fora de atividades relacionadas com o agroextrativismo ou com trabalhos fora do lote.

Já tem sido descrita a diferença de uma família que tem a mulher como chefe do lar nos termos econômicos, mas nas entrevistas, e na representação do entendimento comum das pessoas do povoado, uma resposta descreve o papel da mulher como chefe do lar assim:

“a mulher vai e apanha o coco, quebra em casa enquanto cuida das panelas e das crianças, o homem trabalha mais de roça ou se tem gado... a mulher é mais independente com o coco. Eu até queria que uma pessoa percebesse as meninas desta comunidade, elas quebram coco para comprar suas roupas, os seus perfumes e são muito arrumadas, a mulher daqui é diferente das quebradeiras que não tem essa noção do valor do coco, onde não se há mexido nas bases...” (AAS_15/03/08).

No depoimento consegue-se perceber um valor adicional ao econômico que tem se descrito em relação ao coco babaçu, que, além de ser o complemento da renda agrícola no sistema agroextrativista, ele representa liberdade e autonomia da mulher. São elas que

compram suas roupas e até chegam a se sentirem diferentes de outras mulheres do interior pela sua capacidade de aquisição desses itens.

Por outro lado, sente-se que o papel do homem transborda o mero aporte de renda e trabalho na roça. Ele tem um papel definitivo no lar ainda na categoria de representatividade da figura masculina. Nas entrevistas a mulheres “cabeça de família”, ficou claro que sua função, que parece menos no aporte de renda, tem um significado que merece um estudo que o aprofunde mais. É importante seguir estudando o tema para entender a figura do homem neste contexto e esclarecer expressões do tipo:

“é porque o homem faz falta na casa, no roça, até pra mostrar que se tem homem...”
(ILS_ 08/10/09).

Mesmo com os debates de gênero, com o trabalho ao redor da valoração da mulher, sente-se no depoimento uma valoração da figura masculina em casa.

3.2. Benefícios sociais do agroextrativismo do babaçu

Do mais global, o MIQCB, até o mais novo e com trabalho mais local, a AJR, os esquemas associativos (movimentos sociais, cooperativas e toda forma de organização) representam benefícios não só para os membros deles, mas também para toda a comunidade. Assim, se apresentam e analisam estes benefícios de acordo com os alcances de os seus impactos, divididos em locais e globais, como foi mencionado na metodologia. A Tabela 4 apresenta de modo geral, os benefícios.

Tabela 5 – Principais benefícios sociais do agroextrativismo do babaçu

MIQCB	Unificar a voz das quebradeiras, levando ao plano político as suas demandas, representando as inquietações e respondendo às inquietações delas; agora com a idéia de fazer uma cooperativa que comercialize e organize a cadeia de agregar valor ao coco babaçu.
ASSEMA	Assistência técnica; trabalho de gênero e orientação ao grupo de jovens; Pesquisa.
COPPALJ	Conhecimento; envolvimento e ganhos financeiros (as sobras e o desconto nos produtos das cantinas); solidariedade; luta por direitos; conservação da natureza; valorização da mulher; e a escola família.
AMTR	Alternativa de emprego na fábrica do sabonete, primeira iniciativa das mulheres.
AJR	Articular os jovens da região e levar junto à conscientização, alternativas em atividades como o artesanato.

3.2.1. No local de estudo

Organizações como COPPALJ, ASSEMA, e a mesma Associação de Mães, que em 1986 junto com a AMTR iniciaram todo o caminho à eliminação dos atravessadores, são fundamentais no que as lideranças do povoado de Ludovico como Maria Alaides consideram o ponto de partida à liberdade:

“A luta pela terra foi um processo e os tempos eram difíceis... começou quando os fazendeiros começaram a cortar o babaçu e o povo sentiu obrigação da luta, caso contrário, morreria de fome. Neste momento as mulheres tinham que quebrar 10 kg de babaçu para comprar 1 kg de arroz. As mulheres entraram nas grandes propriedades e enfrentaram os fazendeiros... as organizações internacionais queriam ajudar e dar comida. Com 2 anos de discussões com as comunidades já tinham COPPALJ e ASSEMA. Assim se deu a liberdade, o que é a mais grande motivação para trabalhar em uma cooperativa, e o que finalmente a cooperativa dá”.

Os benefícios sociais das organizações locais tem favorecido assim o povoado em geral; no caso estrito do associados, no acesso a terra do assentamento e a um fortalecimento nas capacidade, os debates são constantes, e a auto-estima elevada, a noção de liberdade. Outro tipo de benéficos que mesmo sendo locais são gerais para associados e não associados foram atribuídos às organizações; a estrada que tem melhorado e com ela a mobilidade de pessoas e produtos, infraestrutura como o posto de saúde, a esquadra esportiva e a escola, foram mencionadas indistintamente nas entrevistas.

Uma reconhecida quebradeira, Iraci Luis da Silva de 36 anos, expressa como no seu diário viver se refletem os benefícios de participar das diferentes organizações:

“quebro coco desde os 10 anos, atualmente coeto babaçu 3 dias na semana, das 7 às 11 horas, num percurso de 80 minutos com um jumento. Me ajudam minhas 3 filhas de 13, 14 e 15 anos. Juntas quebramos uma base de 18 quilos por dia de segunda a sexta-feira, são R\$ 18,00 por dia, mais 2 sacos de carvão por semana, R\$ 14,00. Meu marido trabalha na roça e faz diárias sempre que é possível. O coco vira café, óleo, açúcar, sabão e até as roupas das meninas. Além disso temos as sobras da cooperativa, o melhor preço do coco, e dos produtos na cantina que são mais baratos. Se recebe todo mês bolsa família de R\$ 122,00 como ajuda. A gente é feliz de viver em Ludovico, enquanto exista o coco – e a possibilidade de entrar nas fazendas para apanhar – sempre teremos uma boa qualidade de vida”.

Além do entendimento do benefício econômico, onde fica claro que o coco babaçu se transforma nas necessidades básicas de cada dia e incluso na roupa e outro tipo de bens de consumo, Iraci expressou felicidade, de ser quebradeira, de estar dentro das

organizações; no marco teórico estabelecido na pesquisa (de autores como Amartya Sen) essa felicidade seria traduzida como um dos principais indicadores de bem-estar.

3.2.2. Do regional ao global: as grandes conquistas

No povoado Ludovico os benefícios identificados como as melhorias na renda e na qualidade de vida pelo fortalecimento do sistema associativo são evidentes. Na escala maior, a efetividade da Lei do babaçu livre – que trata do acesso aos babaçuais em terás de terceiros– pode ser considerada uma das principais inovações institucionais no setor agrário do estado do Maranhão.

Na Região do Médio Mearim as quebradeiras de coco babaçu continuam a luta pela terra, já que o seu sustento – o babaçu – está principalmente nas propriedades privadas de fazendeiros. Embora a Lei Babaçu Livre permita livre acesso às fazendas, em muitas destas ainda se encontra o arame farpado, às vezes eletrificado ou com uma fiação que não permite a entrada.

Este caminho percorrido são as peças das redes de capital social, as bases do grande movimento interestadual das quebradeiras que viabiliza aumentar a escala de agregar valor e chegar finalmente em uma grande cooperativa que multiplique a aprendizagem da COPPALJ.

As quebradeiras de coco são toda vez mais reconhecidas como movimento dentro e fora de Brasil, Ludovico e objeto de visita pelo trabalho das organizações locais, a visão coletiva que iniciou na região do Médio Mearim é o motor para grandes empreendimentos em pro dos direitos das quebradeiras e na luta pela conservação dos babaçuais.

Recentemente o Programa de Garantia de Preço Mínimo – PGPM, da CONAB, governo Federal tem fixado em R\$ 1,46 como fruto de uma das grandes lutas do Movimento para que o babaçu fosse considerado dentre os novos produtos da cadeia de sócio-biodiversidade. Também, no momento de fechar esta pesquisa estava latente a possibilidade de entrar no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que já iniciou no município de Esperantinópolis da região do Médio Mearim, abastecendo o Governo de mesocarpo de babaçu. A este tipo de programas só pode-se chegar com uma base sólida de organização, já que é preciso organizar a oferta e gerar mecanismo de controle da distribuição de benefícios; por exemplo, emissão de notas fiscais na hora da compra e limites para cada família devem ser estabelecidos. Um ano seguindo de perto o movimento das quebradeiras de coco babaçu, as organizações locais, e escutando as lideranças, permitiu a proximidade ao que seria uma

análise na procura de recomendações para ampliar os benefícios e fazer efetivos os alcances propostos pelas suas conquistas, onde estas políticas e programas são considerados fundamentais.

Outra inovação institucional que emergiu com os sistemas associativos do agro-extrativismo do babaçu foi o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) o qual desenvolve ações em 6 regiões, com 52 municípios e uma população estimada de 400.000 pessoas (sendo 300.000 as das quebradeiras) nos estados de Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

O principal benefício social decorrente da atuação do MIQCB foi a aprovação 17 leis municipais de “Babaçu Livre” (de 52 municípios no total). Dos 26 núcleos produtivos (de mesocarpo, óleo, sabonete e artesanato), visitou-se o povoado de São José dos Mouras onde trabalham 14 mulheres que têm capacidade de produzir 150 litros de óleo em um dia (na data da visita, em setembro, o preço era de 8 reais o litro). Os lucros da produção são investidos na fábrica e guardados em um fundo para a produção em lavouras de famílias no povoado.

Atentos a novas tecnologias, a MIQCB coordenou testes de três máquinas inventadas para quebrar o babaçu (ao custo de 50.000 reais financiados pelo Banco do Brasil), mas que ainda não superam a eficiência do trabalho manual. E quanto aos novos rumos dos negócios do babaçu, chegaram a captar demandas de uma empresa italiana que quer comprar carvão para a produção de isqueiros. A indústria siderúrgica (de ferro-gusa) está interessada na compra de carbono (uma base de 40 toneladas de carvão por mês), mas a oferta que poderia ser oferecida é tão somente de 4.000 toneladas. Esta demanda por carvão tem iniciado a queima de coco inteiro (sem ser quebrado, com a amêndoa) e constitui uma das grandes lutas da MIQCB, já que o valor oferecido e o tamanho da demanda pode até gerar falta de matéria bruta (amêndoa de babaçu) nas empresas de óleo de babaçu instaladas no estado de Maranhão. A MIQCB quer de novo entrar no campo jurídico e promover uma lei que proíba a venda de coco inteiro, que desta vez contaria com o apoio de ditas empresas de oleaginosos (os antigos atravessadores).

Outro dos benefícios oferecidos pelo MIQCB é argumentar o debate em que – principalmente pela resistência do babaçu ao fogo – os grandes agricultores consideram que o babaçu é uma praga. Tudo isso acontece enquanto ao final do presente estudo foi realizado o “Encontrão”, uma reunião assistida por cerca de 200 mulheres.

Unificar a voz das quebradeiras, levando ao plano político as demandas do que passou de ser uma atividade a ser uma categoria que identifica um grupo social é o legado da MIQCB, que participa de forma ativa nos estudos que são feitos das e com as quebradeiras de

coco. O mais recente é a Cartografia Social por Alfredo Almeida e o estudo que diz respeito do trabalho infantil nas atividades relacionadas ao coco, um tema de forte debate por ir a contra da identidade e o que o movimento defende como conhecimento tradicional.



Figura 6 – Fábrica de sabonete babaçu livre em Ludovico.

Outro benefício decorrente dos esquemas associativos do agro-extrativismo do babaçu tem sido a integração da COPPALJ nas redes de economia solidária por meio da empresa “Body Shop” e a AVEDA, isto porque facilitou o processo de certificação do óleo de babaçu como orgânico e a venda do mesmo no comércio justo. Além disso, essa parceria possibilitou a entrada de vários produtos, como o sabonete de babaçu, nos mercados internacionais.

No centro histórico de São Luis, capital do estado do Maranhão, a Embaixada do Babaçu foi o cenário para que os turistas e a população local conhecessem os produtos derivados do babaçu e a história das quebradeiras e suas famílias. Esta “loja” funcionava como um centro de operações da ASSEMA com apoio da OXFAM, organização inglesa que tem, como uma das suas bandeiras, o comércio justo; mas fechou, em palavras de Ildo Lopez (ex-diretor da ASSEMA): “Por falta de ter alcançado o nível de vendas que a fariam sustentável”. A entrada dos produtos com valor agregado do babaçu aos mercados de

comércio justo² segue sendo incipiente, embora já tivesse percorrido um longo caminho e se conheçam os subprodutos do coco babaçu nos mercados internacionais.

Estes logros são fundamentais num cenário ambientalmente complexo, de uma forte pressão frente à pecuária extensiva e outros projetos que ampliam a fronteira agrícola; levando em consideração que a maior parte dos babaçuais estão nas mãos de fazendeiros ou proprietários privados e que o movimento das quebradeiras tem conseguido reunir mais que 400.000 famílias nos quatro estados, considera-se o momento atual – onde se discute passar do movimento que reivindica direitos a uma cooperativa que comercialize e abra mercados – como uma fase de transição onde toda vez se faz mais importante ter clareza no panorama dos ganhos e dos benefícios sociais recebidos pelas quebradeiras.

Algumas perguntas que surgem da pesquisa surgem das dualidades que se apresentam nos discursos, onde o sistema agroextrativista é apresentado como ambientalmente sustentável; o que na interpretação de autores como Caporal (2003) pode ser ajustar à idéia que contribuí ao estabelecimento de processos rurais sustentáveis. O evidente é que o componente agro, do sistema agroextrativista esta em crise, que se bem o esquema associativo - encabeçado neste aspecto pela ASSEMA e a COPPALJ - tem feito um esforço com programas de roças orgânicas, falta uma estratégia clara de uma agricultura mais sustentável.

² O comércio justo surgiu na 1ª Conferência da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas do Comércio e Desenvolvimento – Genebra, 1964), anunciando o lema “Comércio, não ajuda”; e no mesmo ano da distribuição dos produtos pela “Fair Trade Organization”, uma comercializadora da OXFAM (BOWEN, 1999). Já na década de 1990 são os mesmos produtores os que procuram o controle do mercado com a ajuda de empresas que desenham estratégias de comercialização e até fazem dos produtores, seus associados (SEM, 2002).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as médias das fontes de renda estudadas são maiores nas famílias associadas à COPPALJ e, ao ser somadas para obter a média da renda do lar, o resultado reflete uma diferença de 27,14%. O anterior se justifica, além da diferença que é paga pelo quilo de amêndoa na cantina da cooperativa e do dinheiro que recebem as famílias associadas, pelo que itens como trabalho fora do lote e outras fontes de renda (que incluem remessas e presentes) são também maiores nestas famílias.

No caso do extrativismo, avaliado por amêndoa e carvão de babaçu, a diferença da renda é de 43,84% a favor dos associados; isto pela mencionada diferença de preço do quilo da amêndoa na cantina, e por uma maior produção. Assim, fica claro que para os membros da COPPALJ é melhor ter uma produção de amêndoa mais alta (e, porém, de carvão) para receber mais dinheiro por conceito de sobras no final do ano, e uma melhor margem de aquisição de produtos na cantina.

A primeira análise de produção nas roças, feita com o principal produto que é o arroz, revela uma diferença de 76,77% na renda obtida por famílias chefiadas pelos pais. O anterior se explica não pelo potencial de trabalho destas famílias – dado pelos valores das unidades de trabalho – e sim pela maior número de crianças nas famílias chefiadas por homens.

Uma diferença de 77,99% surge ao comparar as médias da renda por trabalho fora do lote, também a favor das famílias associadas à COPPALJ. A diferença se mantém nas famílias chefiada pelos pais, assumindo-se pelas entrevistas que os homens se dedicam mais à roça, conclui-se que as famílias comandadas por homens têm uma maior disposição a trabalho na agricultura.

Um item interessante são as outras fontes de renda, que ao reunir tudo o que não se relaciona com o sistema agroextrativista (aposentadorias e subsídios do governo como a bolsa família), representa um grande peso na renda final do lar; tanto no caso de associados como de não associados. Assim, para os associados representa 68,92% do total da renda e para não associados, 72,69%. Um valor alto em que se deve considerar que os subsídios e as aposentadorias são uma renda fixa e constante.

Por outro lado, no que diz respeito aos benefícios sociais, os esquemas organizativos presentes em Ludovico – desde a escala local como a COPPALJ até a escala macro como a MIQCB –, passam a figurar entre as principais forças econômicas e políticas da região do Médio Mearim. Por médio deles tem se conseguido a promulgação de leis

municipais inéditas que, superando o princípio sagrado da propriedade privada, dão acesso livre aos babaçuais que crescem nas grandes fazendas.

Nas entrevistas com pessoas das organizações se percebe que existe a aprendizagem em um nível interno, no entanto, quanto mais desce a posição hierárquica das quebradeiras nesses esquemas, mais vão se perdendo as lições. Nas entrevistas, as lideranças demonstraram um conhecimento mais profundo dos processos, enquanto que as quebradeiras que não participam diretamente das organizações, às vezes desconhecem totalmente como se tem chegado às conquistas e quais as dificuldades do movimento. Mesmo assim, todas recebem o benefício, por exemplo, de ter um melhor preço comparado com outras regiões. No final os benefícios podem ser considerados socioeconômicos, divididos na presente pesquisa para um melhor discernimento, mas que na realidade estão juntos, intimamente ligados, a eliminação dos atravessadores permitiu um maior ganho econômico nas famílias das quebradeiras, o que pouco a pouco virou uma cooperativa, um melhor senso sobre os bens que se reflete em oportunidades e uma sensação de liberdade e felicidade que se traduz em bem-estar.

Assim, os resultados da pesquisa qualitativa refletem como a MIQCB é um claro produto das iniciativas de organização do Médio Mearim e percorre um caminho que já andou em uma escala menor; o desafio, porém, é justamente ampliar a escala com a incorporação das lições aprendidas. Caberia se perguntar se o impacto das articulações, da rede formada é viável de ser ampliado; o movimento tem levado ao plano jurídico.

Os benefícios econômicos e sociais são palpáveis nos dados apresentados; a qualidade de vida medida pela liberdade ou autonomia – postulados de Amartya Sen –, é igualmente evidente. Na escala menor dos esquemas organizativos, o que representa a COPPALJ no consciente coletivo é uma vitória em muitos aspectos; recentemente ratificadas como população tradicional, o movimento iniciado pelas quebradeiras surpreende pelo fato de que agricultores familiares dirigiram suas organizações.

Uma dualidade se apresenta nos movimentos e nos mesmos associados: no seu discurso se apresenta o sistema agroextrativista como ambientalmente sustentável, o que na interpretação de autores como Caporal (2003), pode se ajustar à idéia de que o cooperativismo contribui ao estabelecimento de processos rurais sustentáveis. No entanto, o evidente é que o componente agro, do sistema agroextrativista, está em crise. Se bem o esquema associativo (encabeçado neste aspecto pela ASSEMA e a COPPALJ) tem feito um esforço com programas de roças orgânicas, ainda falta uma estratégia clara de uma agricultura mais sustentável. Os dados da renda proveniente das roças e as mesmas declarações nas entrevistas

que refletem que os produtos não são os esperados, fazem pensar que é preciso que o movimento defina e priorize perguntas de pesquisa e gere uma estratégia para fazer verdadeiramente sustentável o sistema agroextrativista.

Reitera-se que o pressuposto de que o esquema de organizações presente em Ludovico é a lição a ser replicada e melhorada para o grande movimento que reúne as quebradeiras de coco babaçu é um desafio. A MIQCB busca – como processo natural de sua evolução organizativa – formar uma cooperativa para ter acesso a programas como o preço mínimo e a compra de alimentos, para ter assim a comercialização dos subprodutos do babaçu em mãos próprias. Mas este é um grande passo que requer uma sólida capacidade de organização e um claro conhecimento dos benefícios através da cadeia de valor do babaçu. Nessa grande escala é difícil imaginar que mesmo com programas como o do preço mínimo, possa-se inserir no mercado a produção de quebradeiras nos lugares mais distantes como o sul do estado do Pará, onde sabe-se que no ano 2008 o preço do quilo de amêndoa chegou a cair até R\$ 0,40; em Ludovico o preço mínimo registrado foi de R\$ 1,00. Ainda pior e a nova situação que enfrentam quebradeiras de coco que se são obrigadas a pagar aos fazendeiros para entrar e coletar; é claro que a MIQCB tem feito um esforço grande para levar o movimento a todos os lugares onde presente o coco, mais a magnitude e tal que é impossível não enfrentar problemas de escala.

Seria ótimo poder replicar este mesmo estudo nos lugares distantes onde a organização das quebradeiras de coco babaçu ainda não chegaram ao ponto em que estão as famílias de Ludovico; comparar a renda e perguntar a elas o que de toda essa experiência recolhida em anos na região do Médio Mearim deixa para elas como possíveis associadas da nova grande cooperativa do movimento interestadual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de.; MARTINS, C. C.; NETO, J. S. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, e elevação do preço de *comodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** São Luís, 2005.
- ALMEIDA, A. W.; SHIRAISHI NETO, J.; MESQUITA, B. A. **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados.** São Luís: MIQCB-GERUR, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo, Hucitee, 1992.
- BORDA, FALS O. **La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones.** En la investigación acción participativa. Inícios y desarrollos. Madrid: Populares, 1992.
- BOWEN, B. **Comercio Justo: historia, principios y funcionamiento,** 1999.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.
- CHAYANOV, ALEXANDER. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COPENAT – Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais & Instituto Estadual do Babaçu – INEB. **Mapeamento das ocorrências e prospecção do potencial atual do babaçu no Maranhão.** São Luís: INEB, 1981.
- COSTA, F. de A. Valor e preço, exploração e lucro da produção camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola. In: Lena, P.; Oliveira, A. E. (Orgs). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- FIRTH, R. **Temas de Antropología Económica.** México: Fondo de Cultura Económica (ed.), 1974.
- FORERO, J. **La producción campesina en Colombia 1990–2002.** IER–ILSA, 2002.
- GODELIER, M. **Instituciones Económicas.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1981.
- GUZMÁN, C.; GONZALEZ, M. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2002.
- LECLAIR, E.; SCHNEIDER, H. (eds). **Economic Anthropology.** New York: Holt, Rinehart & Winston, 1962.
- MIC/STI. **Mapeamento e levantamento do potencial das ocorrências de babaçuais: Estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás.** Brasília: MIC/STI, 1982.

PENSA/USP - Programa de Estudos dos Negócios Agroindustrial. **Reorganização do Agronegócio do Babaçu no estado do Maranhão** - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP - Grupo PENSA, Julho 2000.

POLANYI, K.; ARENSON, C. M.; PEARSON, H. W. (eds). **Trade and Markets in the Early Empires**. III. The Free Press, Glencoe, 1957.

SANTOS, M. **Bandeiras verdes**: um estudo da ocupação recente da área dos rios Carue Turizinho, no Maranhão. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

SEN, A. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, A. **The Standard of Living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

VEIGA, J. E. da. **Fundamentos do agro-reformismo**. Lua nova N0 23, 1991.

WOLF, E. **Peasants**. Englewood Cliffs, Prentice Hall, New Jersey, 1966.

WOLF, E. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, T. (ed.) **Penguin Books**, 1971.

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados estimados da capacidade de trabalho das unidades familiares.

Código família	TIPO	<14 Anos	UT	14-21 Anos	UT	> 21 Anos até 60 anos	UT	>60 Anos	UT	UT Familiar
1100	CP	1	0,4	0	0	6	6	0	0	6,4
1105	CP	0	0	0	0	1	1	2	1,5	2,5
1108	CP	1	0,4	0	0	2	2	0	0	2,4
1114	CP	1	0,4	0	0	2	2	0	0	2,4
1115	CP	0	0	1	0,75	1	1	2	1,5	3,25
1122	CP	0	0	1	0,75	3	3	0	0	3,75
1124	CP	1	0,4	0	0	2	2	0	0	2,4
1126	CP	0	0	3	2,25	2	2	0	0	4,25
1130	CP	1	0,4	0	0	3	3	0	0	3,4
1134	CP	1	0,4	0	0	5	5	0	0	5,4
1139	CP	3	1,2	0	0	2	2	0	0	3,2
1151	CP	0	0	0	0	0	0	2	1,5	1,5
1157	CP	1	0,4	3	2,25	2	2	2	1,5	6,15
1116	CM	1	0,4	0	0	4	4	1	0,75	5,15
1117	CM	0	0	1	0,75	3	3	0	0	3,75
1123	CM	0	0	0	0	1	1	1	0,75	1,75
1102	NP	0	0	0	0	1	1	2	1,5	2,5
1104	NP	0	0	0	0	1	1	2	1,5	2,5
1106	NP	1	0,4	0	0	2	2	0	0	2,4
1109	NP	0	0	0	0	0	0	2	1,5	1,5
1119	NP	1	0,4	1	0,75	2	2	1	0,75	3,9
1121	NP	4	1,6	0	0	2	2	0	0	3,6
1140	NP	1	0,4	0	0	3	3	0	0	3,4
1143	NP	6	2,4	0	0	2	2	0	0	4,4
1145	NP	3	1,2	0	0	2	2	0	0	3,2
1147	NP	1	0,4	2	1,5	2	2	0	0	3,9
1131	NP	2	0,8	0	0	2	2	0	0	2,8
1135	NP	2	0,8	0	0	2	2	0	0	2,8
1153	NP	2	0,8	1	0,75	8	8	1	0,75	10,3
1120	NM	0	0	1	0,75	2	2	0	0	2,75
1128	NM	0	0	0	0	0	0	2	1,5	1,5
1137	NM	0	0	1	0,75	3	3	1	0,75	4,5

ANEXO 2 - Renda bruta familiar anual da cultura arroz.

Tipo	Código da Família	Quantidade (kg)			Preço unitário Kg (R\$ 1,00)	Renda Anual Bruta do arroz (R\$ 1,00)
		Total Produzida	Auto-consumo	Venda		
N	1106	1987,95	0,00	0,00	0,83	1650,00
C	1108	885,54	752,54	133,00	0,83	735,00
C	1114	1192,77	550,00	0,00	0,83	990,00
C	1115	1704,80	1704,80	0,00	0,83	1414,98
C	1116	361,45	361,45	0,00	0,83	300,00
C	1117	722,87	722,87	0,00	0,83	599,98
N	1119	1144,34	903,61	240,72	0,83	949,80
N	1121	2108,40	2108,40	0,00	0,83	1749,97
C	1122	1674,69	1674,69	0,00	0,83	1389,99
C	1126	1024,10	1024,10	0,00	0,83	850,00
C	1130	120,48	120,48	0,00	0,83	100,00
N	1131	120,47	120,47	0,00	0,83	99,99
C	1134	7084,34	7084,34	0,00	0,83	5880,00
N	1135	265,06	210,00	90,00	0,83	220,00
N	1137	1204,34	1204,34	0,00	0,83	999,60
C	1139	554,22	554,22	0,00	0,83	460,00
N	1140	1192,77	990,00	0,00	0,83	990,00
C	1143	53,01	30,00	30,00	0,83	44,00
N	1147	670,67	670,67	0,00	0,83	556,66
N	1153	1505,96	1500,00	0,00	0,83	1249,95
C	1157	979,90	1200,00	0,00	0,83	813,32

	total amostra	C	N	M	P
% famílias		57,14 %	42,86 %	14,29 %	85,71 %
Num de famílias	21	12	9	3	18
Renda total	22043,25	13577,28	8465,97	1899,58	20143,67
Média	1049,68	1131,44	940,66	633,19	1119,09
Desvio-padrão	693,49				

ANEXO 3 – Renda bruta familiar anual da cultura do feijão.

Tipo	Código da Família	Quantidade			Preço unitário Kg (R\$ 1,00)	Renda Anual Bruta do feijão (R\$ 1,00)
		Total Produzida	Auto-consumo	Venda		
N	1102	100,00	100,00	0	3,6	360
C	1114	14,58	14,58	0	3,6	52,5
C	1117	12,64	12,64	0	3,6	45,5
N	1119	20,83	20,83	0	3,6	75
C	1130	7,78	7,78	0	3,6	28
C	1134	38,89	38,89	0	3,6	140
N	1140	41,67	41,67	0	3,6	150
N	1147	5,56	5,56	0	3,6	20
N	1153	33,33	33,33	0	3,6	120
C	1157	88,89	88,89	0	3,6	320

	Total amostra	C	N	M	P
% famílias		50 %	50 %	10 %	90 %
Num de famílias	10	5	5	1	9
Renda total	1311	586	725	45,5	1265,5
Media	131,1	117,2	145	45,5	140,61
Desvio-padrão	61,17				

ANEXO 4 – Renda bruta familiar anual da cultura do milho.

Tipo	Código da Família	Quantidade			Preço unitário (R\$ 1,00)	Renda Anual Bruta do milho (R\$ 1,00)
		Total Produzida	Auto-consumo	Venda		
N	1102	2	2	0	1	60
N	1106	300	300	0	1	300
C	1108	2	2	0	1	60
C	1115	207,8	207,8	0	1	207,8
C	1117	440	320	120	1	440
N	1119	490	490	0	1	490
C	1122	450	446	4	1	450
C	1126	84,8	84,8	0	1	84,8
C	1130	145	145	0	1	145
N	1131	50	50	0	1	12,5
C	1134	125	125	0	1	125
N	1137	1200	1200	0	1	1440
N	1140	5	5	0	1	4
C	1143	31,55	31,5	0	1	31,5
N	1147	5	5	0	1	150
N	1153	65	65	0	1	25
C	1157	50	50	0	1	12,5

	total amostra	C	N	M	P
% famílias		52,94 %	47,06 %	11,76 %	88,23 %
Num de família	17	9	8	2	15
Renda total	4078,1	1556,6	2521,5	1880	2198,1
média	239,88	172,95	315,18	940	146,54
Desvio-padrão	266,95				

ANEXO 5 - Renda bruta familiar anual do extrativismo do babaçu (amêndoa).

Tipo	Código da Família	Quantidade			Preço unitário Kg (R\$ 1,00)	Renda Anual Bruta do Extrativismo (R\$ 1,00)
		Total Produzida	Auto-consumo	Venda		
N	1104	220,97	0,00	220,97	1,24	274,00
C	1105	335,08	0,00	335,08	1,24	415,50
N	1106	334,03	9,77	324,27	1,24	414,20
C	1108	24,19	0,00	24,19	1,24	30,00
C	1114	442,74	25,92	416,83	1,24	549,00
C	1115	137,10	91,40	45,70	1,24	170,00
C	1116	187,90	4,42	183,48	1,24	233,00
C	1117	313,71	73,56	240,15	1,24	389,00
N	1119	80,73	42,24	38,49	1,24	100,10
N	1120	49,84	0,00	49,84	1,24	61,80
N	1121	291,94	96,70	195,23	1,24	362,00
C	1122	145,73	92,87	52,85	1,24	180,70
C	1123	288,06	1,98	286,08	1,24	357,20
C	1124	199,19	140,20	58,99	1,24	247,00
C	1126	566,13	0,00	566,13	1,24	702,00
N	1128	7,26	7,26	0,00	1,24	9,00
C	1130	41,13	0,00	41,13	1,24	51,00
N	1131	12,58	0,00	12,58	1,24	15,60
C	1134	82,26	10,28	71,98	1,24	102,00
N	1135	288,51	2,03	286,48	1,24	357,75
N	1137	7,26	0,00	7,26	1,24	9,00
C	1139	235,89	0,00	235,89	1,24	292,50
N	1140	57,10	30,18	26,92	1,24	70,80
N	1143	147,58	0,00	147,58	1,24	183,00
N	1145	103,43	0,00	103,43	1,24	128,25
N	1147	164,52	64,47	100,04	1,24	204,00
N	1153	122,58	4,09	118,49	1,24	152,00
C	1157	104,84	0,00	104,84	1,24	130,00

ANEXO 6 – Renda bruta familiar anual do extrativismo do babaçu (carvão).

Tipo	Código da Família	Quantidade			Preço unitário Lata 5L (R\$ 1,00)	Renda Anual Bruta do Extrativismo (R\$ 1,00)
		Total Produzida	Autoconsumo	Venda		
N	1104	43,31	43,31	0,00	6,35	275
C	1105	17,95	14,96	2,99	6,35	114
N	1106	10,39	10,39	0,00	6,35	66
C	1108	8,50	5,67	2,83	6,35	54
C	1114	78,90	31,17	47,73	6,35	501
C	1115	28,35	28,35	0,00	6,35	180
C	1116	12,60	11,02	1,57	6,35	80
C	1117	92,91	29,94	62,97	6,35	590
N	1119	23,94	15,68	8,25	6,35	152
N	1120	6,14	6,14	0,00	6,35	39
N	1121	23,46	19,99	50,41	6,35	149
C	1122	13,86	13,86	0,00	6,35	88
C	1123	25,83	25,83	0,00	6,35	164
C	1124	23,94	23,94	0,00	6,35	152
C	1126	29,29	29,29	0,00	6,35	186
N	1128	11,02	5,51	5,51	6,35	70
C	1130	9,13	9,13	0,00	6,35	58
N	1131	8,03	8,03	0,00	6,35	51
C	1134	36,85	36,85	0,00	6,35	234
N	1135	16,06	8,57	7,50	6,35	102
N	1137	7,09	7,09	0,00	6,35	45
C	1139	28,19	22,97	5,22	6,35	179
N	1140	9,21	9,21	0,00	6,35	58,5
N	1143	20,79	15,12	5,67	6,35	132
N	1145	7,72	2,20	5,51	6,35	49
N	1147	18,43	16,49	1,94	6,35	117
N	1153	57,01	41,74	15,27	6,35	362
C	1157	30,55	20,02	10,53	6,35	194

ANEXO 7 – Renda bruta familiar do trabalho fora do lote.

Tipo	Código da Família	Renda Não-Agrícola do Trabalho Fora do Lote (R\$ 1,00)
C	1100	4347
N	1102	2700
C	1105	1319
N	1106	1120
C	1108	1718,12
C	1115	132,84
C	1116	480
N	1119	1303
N	1120	168
N	1121	100
C	1122	3610
C	1124	1241
C	1126	200
C	1130	950
N	1131	845
C	1134	1832,5
N	1135	409
N	1137	425
C	1139	452,98
N	1140	609,70
N	1143	230
N	1145	638
N	1147	205
C	1151	135
N	1153	480
C	1157	15

	total amostra	C	N
% famílias		50,00%	50,00%
num de família	26	13	13
Renda total	25666,14	16433,44	9232,7
média	987,16	1264,11077	710,207692
Desvio-padrão	1096,22		

ANEXO 8 - Renda familiar de outras fontes (presentes).

Tipo	Código da Família	Renda Familiar de Outras Fontes (R\$ 1,00)
C	1100	2900
N	1104	50
C	1116	1245
C	1117	1000
C	1124	72
N	1128	80
C	1130	140
N	1143	60
N	1145	500

ANEXO 9 – Renda familiar de outras fontes (aposentadoria).

Tipo	Código da Família	Renda Familiar de Outras Fontes (R\$ 1,00)
N	1102	9720
N	1104	9570
C	1105	9750
N	1109	9720
C	1115	9720
C	1116	4955
N	1119	4650
C	1123	4620
N	1128	4875
C	1151	10370
N	1153	5290
C	1157	10580

ANEXO 10 – Renda familiar de outras fontes (bolsa família).

Tipo	Código da Família	Renda Familiar de Outras Fontes (R\$ 1,00)
C	1100	615
N	1106	878
C	1108	568
C	1115	282
C	1116	696
C	1117	1242
N	1119	954
N	1120	722
N	1121	1068
C	1124	246
C	1126	1038
N	1131	876
C	1134	246
N	1135	1176
N	1137	262
C	1139	1384
N	1140	944
N	1143	1378
N	1145	1404
N	1147	1434
N	1153	672

ANEXO 11 – Renda familiar de outras fontes (remessas).

Tipo	Código da Família	Renda Familiar de Outras Fontes (R\$ 1,00)
N	1109	2490
C	1115	124
C	1117	1640
N	1121	336
C	1122	2970
C	1123	1035
N	1128	945
C	1130	2000
N	1131	300
N	1143	20
N	1153	1695

ANEXO 12 - Renda de todos os produtos das roças (Consolidado anual para cada família).

Tipo	Código da Família	Renda Familiar das roças (R\$ 1,00)
N	1102	660
N	1104	1
N	1106	1950
C	1108	795
C	1114	1372,5
C	1115	1744,78
C	1116	300
C	1117	1100,78
N	1119	1859,8
N	1121	1809,97
C	1122	1839,99
C	1123	7,5
C	1126	938,79
C	1130	272,99
N	1131	284,49
C	1134	6145
N	1135	219,99
N	1137	2439,6
C	1139	460
N	1140	1163,95
C	1143	204,99
N	1147	839,16
C	1151	7,5
N	1153	1434,95
C	1157	2046,02

ANEXO 13 – Renda segundo cada produto agrícola nas famílias.

Tipo	Código da Família	Produto	Renda Anual Agrícola Bruta (R\$ 1,00)
N	1102	feijão	180
N	1102	abobora	40
N	1102	feijão	180
N	1102	milho	60
N	1102	quiabo	200
N	1104	vinagreira	0,5
N	1104	quiabo	0,5
N	1106	arroz	1650
N	1106	milho	180
N	1106	arroz	300
N	1106	milho	120
C	1108	arroz	735
C	1108	milho	60
C	1114	arroz	900
C	1114	feijão	52,5
C	1114	vinagreira	30
C	1114	mandioca	300
C	1114	arroz	990
C	1115	arroz	540
C	1115	milho	3
C	1115	fava	122
C	1115	arroz	1414,98
C	1115	milho	7,8
C	1115	arroz	500
C	1115	fava	54
C	1115	milho	207,8
C	1116	arroz	300
C	1117	arroz	150
C	1117	milho	240
C	1117	fava	15
C	1117	feijão	17,5
C	1117	maxixe	0,3
C	1117	feijão	45,5
C	1117	arroz	599,98
C	1117	arroz	250
C	1117	milho	440
N	1119	arroz	750
N	1119	milho	90
N	1119	feijão	75
N	1119	melancia	200
N	1119	vinagreira	5
N	1119	arroz	949,8
N	1119	milho	490
N	1119	pepino	50
N	1119	tomate	60
N	1119	cebola	10
N	1119	coentro	20
N	1121	arroz	900
N	1121	melancia	60
N	1121	arroz	749,97
N	1121	arroz	1749,97
C	1122	arroz	750
C	1122	milho	140
C	1122	milho	100
C	1122	arroz	1389,99
C	1122	milho	450
C	1123	vinagreira	7,5
C	1126	arroz	425
C	1126	milho	4,8
C	1126	fava	4
C	1126	arroz	849,99
C	1126	milho	84,8
C	1130	milho	25
C	1130	feijão	28
C	1130	arroz	99,99
C	1130	milho	145

Tipo	Código da Família	Produto	Renda Anual Agrícola Bruta (R\$ 1,00)
N	1131	milho	12,5
N	1131	abobora	24
N	1131	melancia	20
N	1131	maxixe	5
N	1131	vinagreira	10
N	1131	pepino	15
N	1131	melão	40
N	1131	coentro	50
N	1131	cebola	5
N	1131	quiabo	3
N	1131	arroz	99,99
C	1134	arroz	2100
C	1134	milho	125
C	1134	feijão	140
C	1134	milho	5
C	1134	arroz	5880
N	1135	arroz	219,99
N	1137	arroz	600
N	1137	milho	1440
N	1137	arroz	999,6
C	1139	arroz	60
C	1139	arroz	460
N	1140	arroz	990
N	1140	fava	15
N	1140	feijão	150
N	1140	maxixe	0,8
N	1140	quiabo	0,4
N	1140	milho	4
N	1140	vinagreira	3,75
C	1143	pepino	10,5
C	1143	melancia	4
C	1143	vinagreira	15
C	1143	milho	1,5
C	1143	arroz	43,99
C	1143	milho	31,5
C	1143	vinagreira	115
N	1147	arroz	150
N	1147	milho	150
N	1147	fava	18
N	1147	quiabo	2
N	1147	pepino	5
N	1147	vinagreira	7,5
N	1147	feijão	20
N	1147	melancia	80
N	1147	arroz	556,66
C	1151	vinagreira	7,5
N	1153	milho	25
N	1153	feijão	120
N	1153	arroz	1249,95
N	1153	milho	65
C	1157	quiabo	1,6
C	1157	pepino	1,5
C	1157	vinagreira	47,5
C	1157	abobora	12
C	1157	feijão	120
C	1157	milho	12,5
C	1157	melancia	208
C	1157	banana	5,6
C	1157	maxixe	4
C	1157	tomate	20
C	1157	arroz	813,32
C	1157	feijão	320
C	1157	banana	605,6

